

14 / 1994

Índice

PORTUGAL E A PARTILHA DO MUNDO

7 Editorial

*Estudos*

- 11 Paulo Drumond Braga e Isabel Mendes Drumond Braga  
As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem
- 23 Ulrich Fleischmann, Mathias Rohrig Assunção e Zinka Ziebell-Wendt  
Os Tupinambá. Realidade e ficção nos relatos quinhentistas
- 42 Jill Dias  
Mudanças nos padrões de poder no «hinterland» de Luanda.  
O impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)

*Em debate: Abolicionismo*

- 95 João Pedro Marques  
Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico  
de escravos portugueses
- 119 Valentim Alexandre  
Projecto colonial e abolicionismo

*Biblioteca*

- 129 Rita Costa Gomes  
Cerimónias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito  
de um livro recente

*Estado da questão: Historiografia*

- 139 José Miguel Sardica  
Do relativismo ao cientismo, uma superação das vanguardas historiográficas?
- 151 Jean-Frédéric Schaub  
A história política dos *Annales E.S.C.* Mutações e reformulações
- 179 Pedro Cardim  
A análise cultural no campo historiográfico
- 201 Manuel Baiôa  
A ditadura militar na historiografia recente

*Biblioteca*

- 221 Maria Idalina Portugal  
Provas académicas de 1992-93

*Leituras*

- 233 Recensões de José das Candeias Sales, Pedro Cardim,  
Luís Nuno Rodrigues e António Manuel Hespanha
- 245 Maria de Fátima Nunes  
In Memoriam J. S. Silva Dias

# CERIMÓNIAS DA REALEZA NOS FINS DA IDADE MÉDIA

## A PROPÓSITO DE UM LIVRO RECENTE

Rita Costa Gomes

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

No relato dos denominados «Anais Palatinos» do califa de Córdova Al Hakam II, do último quartel do século X, encontramos um importante conjunto de descrições de cerimónias de corte e de vários eventos singulares, entre os quais um *alburuz*, ou recepção festiva dos aliados do soberano, vindos de além do Estreito. A acção militar destes tinha sido bastante bem sucedida, facto tornado patente pelo numeroso cortejo vindo de todo o Andaluz, iniciado com a ostentação das cabeças dos inimigos, espetadas em piques. Após referir o acolhimento à porta da cidade e a sua travessia, o texto menciona a instalação dos combatentes no palácio que lhes fora deputado (as mulheres, essas, tinham sido introduzidas na cidade em liteiras, de modo sub-reptício, durante a noite). Aí esperaram vários dias a grande ocasião do encontro com o califa em pessoa, na sala do trono onde ele se senta rodeado de familiares e servidores, ocasião cuidadosamente preparada e que irá decorrer de modo solene, como o texto relata em pormenor. No meio da descrição surge, no entanto, uma pequena observação marginal: «Durante a sua conversa com o Príncipe dos Crentes, demonstrou Ya'far ibn All um estranho uso, o de nunca responder ao Califa senão depois de ter-se posto em pé: o Califa falava-lhe e ele levantava-se para responder, cortesia sua que foi depois muito estimada como novidade»<sup>1</sup>.

Deste modo inesperado, este texto torna possível avaliar um fenómeno que só se deixa entrever excepcionalmente para estas épocas recuadas: a inovação em matéria de etiqueta ou, de um modo mais geral, nos usos e cerimónias – neste caso, o modo como foi recebida e avaliada a inevitável diversidade em momentos de contacto entre sistemas cerimoniais diferentes (noutros lugares deste mesmo relato, por exemplo, vamos encontrar menção

de análogos encontros, de emissários do senhor cristão de Barcelona com o mesmo califa).

Vem este pequeno episódio a propósito das cerimónias da realeza na época medieval e das dificuldades do seu estudo. Uma das mais notáveis reside justamente na análise das mutações e das continuidades nos usos durante períodos plurisseculares, usos cujos elementos centrais podem muitas vezes desaparecer para mais tarde lhes adivinharmos algum eco, fascinante pelo seu arcaísmo. Procurando e analisando traços de eventos cerimoniais singulares, encontram-se peças soltas de um repertório que parece relativamente delimitado, quase sempre bem mais antigas do que resulta das descrições de que dispomos, correspondendo a uma tradicionalidade tantas vezes enunciada pelas fontes. E, no entanto, todas as tradições se inventam e recriam, se engendram e adaptam a novas circunstâncias, em cada conjuntura particular – como datar, então, as cerimónias, neste terreno inseguro marcado pela repetição e pela recorrência? Um problema de historiador, bem se vê, um dos problemas que o autor do livro que analisamos, sobre cerimónias da realeza na Castela dos Trastâmaras, cuidadosamente evita<sup>2</sup>.

Como está construído este livro? Em primeiro lugar, segundo uma tipologia cerimonial que o autor propõe, dedicando a cada conjunto de cerimónias um capítulo separado, tudo coroado por uma tentativa de «interpretação global». Depois, tendo como pano de fundo um pressuposto de análise – a função «legitimadora» e de «propaganda» das cerimónias que analisa. Gostaríamos de equacionar, a propósito dos pontos de vista que aí se exprimem, alguns problemas gerais e de carácter metodológico. Como é evidente, estes problemas serão formulados do ponto de vista dos conhecimentos e das fontes disponíveis, para a época medieval, neste ou em outros contextos. Há que notar, desde logo, que o autor não nos fornece, nem sequer na sua breve Introdução, qualquer definição precisa do que entende por «cerimónia» ou «ritual», ignorando assim, talvez propositadamente, a diversidade e fecundidade das posições que neste campo se têm levantado entre antropólogos e, embora menos, entre historiadores. Temos a impressão de que, na maioria dos casos, se trata de conceitos que poderiam equivaler-se, na economia do discurso de Nieto Soria, classificando eventos esparsos cujo nexos não se procura à luz dos critérios da própria época, nomeadamente pelo recurso a fontes normativas como os cerimoniais escritos – e que são considerados relevantes desde que possam colocar-se na esfera mais ou menos nebulosa dos designados «acontecimentos solenes». Trata-se de uma imprecisão inicial que não se vai esclarecer, ao contrário do

que o Leitor espera, ao longo deste estudo. Do mesmo modo, nunca se diz quais os critérios determinantes para que alguns eventos sejam considerados *cerimónias da realeza*, quer dizer, fazendo parte de um conjunto preciso de actos que têm como ponto focal a pessoa régia, nas suas múltiplas dimensões – os juramentos públicos de certos personagens, por exemplo, ou dadas procissões envolvendo uma comunidade urbana, ou o uso da palavra em ocasião de prédica religiosa ou diante de determinada audiência. Por que razão o Autor os inclui neste tipo peculiar de cerimónia, face à reconhecida multiplicidade de sistemas e linguagens cerimoniais da sociedade medieval tardia?<sup>3</sup> Parece-nos que tais agrupamentos se fazem em nome de uma visão que se quer «global», evocada logo no princípio, mas que não parte da análise detalhada dos próprios ritos, antes os valoriza a partir de algo que lhes é exterior. Eis-nos, pois, chegados ao cerne da questão.

Para Nieto Soria, rito e realeza são, com efeito, duas realidades claramente distintas, o rito «representa», «teatraliza», «evidencia» ou «mostra» algo que existe num plano superior e mais coerente que é o das instituições – numa palavra, uma realeza cujas características podem detectar-se de modo evidente através do discurso político da época. O que este discurso afirma sobre o poder do rei, o ritual mostra e torna credível, numa «outra forma de retórica não escrita que favorece uma percepção mais imediata e generalizada por um público amplo», patenteando, como se diz noutro lugar, «a aplicação dos princípios políticos» ou «a sua possível adaptação à prática» Face a estes pressupostos, não admira que as finalidades e funções das *cerimónias da realeza* sejam, portanto, «legitimadoras» ou «propagandísticas», ou mais ou menos uma e outra coisa, conforme os casos. Suspeitamos que o Autor procede, aproximadamente, da maneira seguinte: leitura sistemática de um conjunto de crónicas da época, identificação dos eventos nelas narrados que possam ter «significado» ou «objectivo» políticos, e conttenham «elementos solenes», procedimentos «dramáticos» e «teatralizados», ou simplesmente surjam rodeados de «pompa», sendo a sua classificação tipológica feita segundo a «afinidade dos seus significados políticos». Esta maneira de pesquisar o objecto é acompanhada de uma concepção simplificada e unívoca da função do ritual na sociedade medieval (mas também poderíamos dizer na nossa sociedade, ou nas sociedades ditas «primitivas»)<sup>4</sup>, produzindo, afinal, um discurso em plena coerência com os *planteamientos tradicionales* que o Autor pretendeu contestar no primeiro parágrafo do seu livro. O que sabemos no início deste percurso sobre a realeza dos Trastâmaras e suas características, é o mesmo que vamos encontrar

como resultado final da pesquisa, nas Conclusões, tudo culmina no conceito de soberania régia e no «processo amplo e complexo» da génese do Estado Moderno.

A principal objecção que se pode colocar a esta pesquisa reside na ligação entre o ritual ou cerimónia régia e a «propaganda», bem como na concepção do rito como mera «teatralização» de princípios ou mensagens políticas mais ou menos explícitos. Em ambos os casos, atribui-se a uma parte importante dos participantes nestes eventos o papel de meros espectadores ou destinatários dessas mensagens, elaboradas noutras instâncias, ou seja, um papel sobretudo passivo que as fontes da época, em nossa opinião, claramente contradizem. Podem atribuir-se aos ritos, nas sociedades antigas, diversas dimensões e significados, por exemplo, o da reactualização, no plano simbólico, dos conflitos e da coesão fundamentais da comunidade, evocando, pela acção ritual, a forma ou arranjo global das relações entre os vários grupos e, conseqüentemente, do ponto de vista do cientista social, permitindo apreciar o carácter paradigmático desse desenho global (Gluckman). Mas também se pode falar dos processos de regeneração dos grupos através da dinâmica ritual, permitindo o ajustamento às mudanças internas e a adaptação ao meio e deste modo associando-se os ritos aos momentos de transição social, enquanto as cerimónias estariam mais ligadas às várias configurações dessa sociedade (Van Gennep, Turner). Para além de uma dimensão, digamos assim, «comunicativa» do rito, que importa questionar e analisar em cada sociedade e em cada época, há que atender ao «trabalho reflexivo» que implica para os que nele participam, não só em torno das entidades ou processos que lhe servem de ponto focalizador mas, também, sobre os diversos elementos que são parte activa dos processos rituais, cuja interpretação terá de fazer-se sempre segundo os diversos contextos – uma vez que os mesmos componentes (substâncias ou objectos, como o pão, o cálice, ou categorias fundamentais como a direita e a esquerda, o baixo e o alto) podem ter significados muito diferentes. Neste sentido, o processo ritual na sua totalidade, procedendo por fragmentação e por repetição, pode ser portador de uma visão ou representação global de dadas realidades – como a realeza –, mas uma visão condensada, simplificada, digamos que sintética, e não isenta de ambigüidades ou desses elementos «misteriosos» que afastam a experiência do rito da esfera dos acontecimentos quotidianos e das acções racionalmente orientadas.

É talvez por tudo isto que nenhum estudo sobre o rito ou sobre cerimónias pode evitar o problema fulcral da relação entre o rito e a crença, aspecto a que Cassirer se referia, afirmando a propósito da relação entre rito

e mito: «Em vez de explicar a prática ritual a partir do conteúdo da fé, considerado como um simples conteúdo de representação, deveríamos tomar o caminho inverso e compreender aquilo que, no mito, pertence ao mundo teórico da representação, simples narração à qual prestamos fé, ou uma interpretação mediata daquilo que é imediatamente actual na acção do homem, nos seus afectos e na sua vontade. Mas, compreendidos deste modo, os ritos não têm simplesmente um sentido 'alegórico', de imitação ou de encenação, mas um sentido *perfeitamente real*: estão de tal modo inseridos na realidade da acção efectiva dos homens que se tornam uma parte integrante indispensável dessa acção»<sup>5</sup>. Parece-nos, pois, de afastar a hipótese de que os ritos ou cerimónias da realeza sejam meras representações miméticas de qualidades atribuíveis aos soberanos ou de princípios políticos da época, mas, sobretudo, parece-nos problemática a relação imediata desses ritos ou cerimónias com o comportamento concreto das várias populações que neles participam, postulando a existência desses «públicos amplos» a que se refere Nieto Soria.

Como é sabido, a propaganda tem como objectivo essencial justamente influenciar os comportamentos, persuadir determinados grupos no sentido de um dado curso ou rumo de acção concreto. Ela surge, assim, como uma técnica consciente, instrumental e específica nos seus fins, e que pela sua natureza mesma se opõe à caracterização global da actividade ritual a que nos referimos. Admitamos, seguindo neste ponto alguma historiografia recente, que seja possível falar de «propaganda» política a propósito da sociedade castelhana dos séculos XIV e XV, apesar da debilidade ou inexistência de um espaço público onde possam estabelecer-se tais modalidades particulares de comunicação. Admitamos ainda, o que já provaram historiadores como D. A. Bullough ou A. MacKay e K. Zapalac em interessante polémica nas páginas de *Past and Present*<sup>6</sup>, que possa falar-se, para o final da Idade Média, de um uso propagandístico de certas cerimónias da realeza, como o das caçadas reais ou da sequência ritual da destronização. Mas, em todos os casos, a coerência das diversas cerimónias analisadas deriva do sistema ritual no seu conjunto, neste caso aquele que rodeia a pessoa régia, que há que reconstituir e comparar com os usos mais gerais do Ocidente europeu dos séculos XIV e XV. Essa coerência não deriva das mensagens específicas de que, eventualmente, se pode revestir a cerimónia noutros aspectos – estéticos, lúdicos, ou até de propaganda (embora esta última surja, em nossa opinião, como uma sobreposição de sentido, evidente no caso da denominada «farsa de Ávila», cuja eficácia nem sempre pode detectar-se).

Não é de aceitar, a nosso ver, a posição de Nieto Soria quando ele menciona um significado propagandístico de dado rito ou cerimónia, por exemplo o da entronização dos monarcas castelhanos, distinguindo «uma parte pública ou popular», com fins de propaganda, e uma parte «interior» ou restrita, que os não teria, na totalidade de um processo ritual cujo significado seria, em sua opinião, «exteriorizar uma atitude de lealdade e fidelidade do reino para com o monarca». Tal interpretação surge, na verdade, como redutora e parcial, pois as entronizações são modalidades concretas, com dados modelos bastante estudados no Ocidente medieval, de rituais de acesso à realeza, destinados a sublinhar, como dizia Hocart, que um indivíduo «se torna rei» (*becomes a king*)<sup>7</sup>. A realeza não «usa» o rito para transmitir esta ou aquela mensagem precisa, ela existe também *através* dele, ou seja, o ritual pode ser visto como uma das modalidades da sua própria existência. A entronização faz do infante, do pretendente ao trono, um rei, de modo efectivo e segundo uma modalidade de acção particular que é o rito, de acordo com as crenças dos diversos participantes ou agentes que o organizam e administram. Essa é a finalidade essencial dos procedimentos rituais a que o autor alude, devendo ser assim compreendida a participação dos cortesãos, dos clérigos, do «povo» (participantes, não espectadores), cada parte desempenhando o seu papel no rito. Isto sucede tanto em Castela como noutros reinos europeus medievais – e o caminho da comparação, ainda que só tentado para o caso de Navarra e de Aragão<sup>8</sup>, podia ter sido ampliado para outros contextos do Ocidente medieval, de forma sistemática, contribuindo para um verdadeiro avanço dos nossos conhecimentos neste campo, se o autor não estivesse tão preocupado em detectar «significados políticos» específicos em cada sequência ritual.

Uma vez enunciada a nossa divergência fundamental em relação a este trabalho, impõe-se uma avaliação de conjunto do esforço de síntese do autor. A tipologia proposta, distinguindo entre «cerimónias de acesso ao poder», «de trânsito vital», «de cooperação», «de justiça», «litúrgicas», «funerárias», «de recepção» e «de vitória», para além de discutível, peca por uma ausência de concatenação, que em nossa opinião poderia obter-se combinando dois critérios fundamentais, como propõem Pierre Smith e Luc de Heusch: a distinção entre ritos periódicos e ritos ocasionais, e a que pode opôr ritos «de confirmação» e ritos «de transformação». Hocart, por sua vez, enunciou um critério geral bastante restritivo, propondo apenas três tipos principais de ritos da realeza: os de acesso ao trono, os de acasalamento dos reis (muitas vezes ligados à fecundidade da terra) e os funerários (associados ao problema da continuidade da realeza). Nos trabalhos mais recentes de

Bertelli e de Giesey poderia o autor ter isolado alguns critérios tipológicos talvez mais adequados. A ligação entre os ritos funerários e as cerimónias de acesso ao poder ganhariam talvez em ser vistas na sua ligação intrínseca, pois discordamos da interpretação confusa que, em vários momentos, Soria faz da sequência «exéquias» ou «luto» – «proclamação», interpretando as afirmações das fontes no sentido exactamente oposto ao que nelas se diz – por exemplo, afirma-nos que após a morte de Isabel a *Católica* «o primeiro acto cerimonial não será o das exéquias, mas, uma vez mais, o do acatamento do sucessor, neste caso, a rainha Joana», mas na nota 49 cita-se uma carta enviada aos diversos concelhos: «*despues de fechas por su anyma las osequias que soys obligados, alçey e fagays alçar pendones en la dicha villa por la dicha serenissima reyna donna Juana*»<sup>9</sup>. A incorporação dos ritos e das cerimónias na textura concreta de um modo particular de vida – o da corte, o das cidades e vilas castelhanas – poderia também levar, em nossa opinião, a rever muitas das classificações propostas, mas para isso seria necessário talvez ampliar de modo excessivo as fontes utilizadas, quebrando o predomínio dos relatos cronísticos, ou renunciar a uma visão «global» como a que Nieto Soria pretende.

Quanto às conclusões do autor, consideramos bastante imprudente a afirmação de que a «cerimonialização» na época Trastâmara se apresenta «em progressão», ou seja, que a importância e frequência das cerimónias da realeza possam ser maiores do que em épocas anteriores que permanecem, na verdade, bastante mal conhecidas. Se observarmos certas cerimónias isoladamente, como a coroação litúrgica, acontece justamente o inverso. A etiqueta e cerimónias de corte são codificadas de modo precoce em âmbito hispânico, desde o século XIII, em cerimoniais cuja circulação está provada, e cujas informações as fontes da prática parecem confirmar, de modo pontual. O que parece inegável é que as crónicas mais tardias concedem a estes eventos muito maior relevo, comprazendo-se em descrevê-los com pormenor, o que não significa que eles não se realizassem e não tivessem também enorme importância nas sociedades anteriores ao século XIV.

Uma palavra final quanto aos «Anexos» que acompanham este trabalho – no anexo 2 verifica-se uma confusão entre signo, símbolo, insígnia, emblema e até conceito (v.g. o que se diz a propósito da Coroa), deixando o leitor por vezes perplexo e com bastantes dúvidas quanto à utilidade da *Leitura de Percy Schramm*, que, embora citado na bibliografia, não parece ter contribuído para esclarecer este aspecto da pesquisa – lembre-se a importância que na obra de Schramm teve a precisão terminológica (por exemplo, *Zeichen* poderá ser univocamente traduzido pelo castelhano *símbolo*?).

No anexo 3, que consta na verdade de uma lista de objectos (não uma lista de *símbolos*), suspeitamos de um erro grave, que consiste em identificar como ceptros régios os «cetros de tora» (p. 202) constantes de uma lista do tesouro real – julgamos tratar-se, como bem indicam as «cadenillas blancas de plata» e os «caxcaueles de plata dorada», de alfaias litúrgicas judaicas, os bastões de madeira nos quais se enrolam os manuscritos da Tora, encimados por ornamentos de prata. A sua presença no tesouro régio, junto a tantos outros objectos preciosos, não é de estranhar, como pudemos comprovar por listas semelhantes relativas ao tesouro régio português. Finalmente, no anexo 4 propõe o autor algumas considerações gerais sobre a iconografia disponível das cerimónias analisadas, num esboço de inquérito que seria da maior utilidade ampliar para outros contextos hispânicos.

Em suma, fica-nos a impressão geral de um livro apressado, onde os conceitos da historiografia mais recente são usados de forma incontrolada e superficial, e onde o autor vai ao encontro de realidades já suas conhecidas. Os problemas do estudo das cerimónias antigas são, todos o sabemos, bastante complexos e de difícil resolução. Mais uma razão para não cedermos a anacronismos e simplificações, na ânsia de corresponder às novas tendências que «están de moda».

- <sup>1</sup> *Anales Palatinos del Califa de Cordoba Al-Hakam II, por Isa Ibn Ahmad Al-Razi*, ed. Emilio García Gómez, Sociedad de Estudios y Publicaciones, Madrid, 1967, p. 71.
- <sup>2</sup> José Manuel Nieto Soria, *Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*, Editorial Nerea, Madrid, 1993, 290 pp.
- <sup>3</sup> Facto bem patente no Apêndice 1: *Cronologia Cerimonial*, uma lista em que nos surgem homenagens de cavaleiros ao rei pela tenência de castelos, nomeação de Mestres das Ordens Militares, as exéquias de cardeais e bispos, execuções públicas, justas e festas de cavalaria, missas em várias catedrais e mosteiros, tudo considerado «cerimónias da realeza».
- <sup>4</sup> Veja-se por exemplo Mary Douglas, «The contempt of ritual», in *In the Active Voice*, Kegan & Paul, Londres, 1982, pp. 31-38.
- <sup>5</sup> *La Philosophie des Formes Symboliques, 2: La Pensée Mythique*, Minuit, Paris, 1972, pp. 60-61.
- <sup>6</sup> Bullough, «Games People played: Drama and Ritual as Propaganda in Medieval Europe», in *Transactions of The Royal Historical Society*, nº 24, 1974, pp. 97-122; MacKay, «Ritual and Propaganda in Fifteenth-Century Castile», in *Past and Present*, nº 107, 1985, pp. 3-43; Zapalac e MacKay, «Debate. Ritual and Propaganda in Fifteenth-Century Castile», *ibid.*, nº 113, 1986, pp. 185-208.
- <sup>7</sup> A. M. Hocart, *Kingship*, Oxford University Press, 1969. Veja-se também Fritz Kern, *Kingship and Law in the Middle Ages*, Blackwell, Oxford, 1939, por exemplo pp. 20-29, 34 e segs.
- <sup>8</sup> Para Portugal, dispunha também Nieto Soria de um importante artigo de José Mattoso, «A coroação dos primeiros reis de Portugal», in *A Memória da Nação*, ed. F. Bethencourt e D. Ramada Curto, Sá da Costa, Lisboa, 1991, pp. 187-200.
- <sup>9</sup> Cfr. pp. 109-10 e 211. O mesmo se observa comparando as afirmações da p. 111 e a citação da nota 60, p. 212. Mais adiante, a p. 197, o autor reconhece que o luto pelo rei falecido antecedia a proclamação do sucessor, na Corte, sendo interrompido por esta cerimónia.